

Património Mundial: Solução ou Problema?

World Heritage: Solution or Problem?

Evelyne Béatrice Phibel¹;

¹E-mail: evelyne_phibel@hotmail.com

Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

Resumo: O presente artigo integra a investigação realizada no âmbito da tese de mestrado, *Memória no Olhar: A reabilitação do Centro Histórico de Vila Nova de Gaia* e propõe uma reflexão sobre a intenção manifestada por parte da autarquia, de elevar as caves de vinho do porto a Património da Humanidade. A pertinência dos motivos que levaram a olhar os armazéns de vinho do porto, do ponto de vista de um potencial valor excepcional foi fundamentado por nós, a partir da análise de quatro *case studies* (Centro Histórico do Porto, o Alto Douro Vinhateiro, o Centro Histórico de Guimarães e o Centro Histórico de Braga), que de uma forma muito particular e atendendo às características morfológicas de cada um, exemplificam por um lado, as experiências realizadas no sentido da atribuição de qualidade aos centros históricos e por outro lado cria a ligação entre a produção vitivinícola no Douro e o Armazenamento de vinho no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia.

Palavras-chave: Património Mundial, Centro Histórico, vinho do porto, armazéns, Gaia.

Abstract: *This article is part of the research carried out within the framework of the master's thesis, Memória no Olhar: A Reabilitação do Centro Histórico de Vila Nova de Gaia and proposes a reflection on the intention expressed by the city council, to include the port wine cellars in the World Heritage list. The relevance of Why the warehouses of port wine has a potential exceptional value was reasoned by us, through the analysis of four case studies (the historical centre of Porto, The Douro wine region, the historical centre of Guimarães and Braga's historical centre), that in a very particular way and given the morphological characteristics of each one, on the one hand exemplify the experiments carried out in the direction of the allocation of quality historical centres and on the other hand creates the link between the Douro wine production and wine store in the historic centre of Vila Nova de Gaia.*

Keywords: *World heritage, Historical Centre, Port Wine, Cellars, Gaia.*

Introdução:

A integração de lugares, monumentos e aglomerados urbanos na lista do Património Mundial da UNESCO propicia a criação de diversas medidas protecionistas, mas será que o valor singular excepcional está a tornar-se obsoleto? É sobre esta premissa, que abordamos a potencial candidatura das caves de vinho do Porto a Património da Humanidade. Pretendemos desta forma refletir sobre os motivos que intentam na validação desta candidatura e neste sentido, apresentamos o caso de proximidade do centro histórico do porto, quer do ponto de vista da sua candidatura, quer pelo plano de gestão aplicado na intervenção urbana. Nesta abordagem aos conteúdos programáticos para o reconhecimento dos valores singulares do património, não poderíamos deixar de referir a relação do centro histórico de Vila Nova de Gaia com o comércio de vinho do Porto, o qual tem expressão na sua ligação com o Douro Vinhateiro.

Reforçando a ideia de que o plano de gestão de um conjunto urbano deve ser sempre projetado em harmonia com a identidade dos locais e a sua vocação para a contemporaneidade apresentamos o exemplo de sucesso que foi a reabilitação urbana do centro histórico de Guimarães, a qual contribuiu para a classificação da UNESCO. No entanto, afigura-se importante compreender os lugares com história, as suas singularidades, evolução e necessidade de preservação, trabalho que deve partir das entidades reguladoras do património a nível regional espectando em primeira instância a salvaguarda da identidade local, numa perspetiva a longo prazo. Deste ponto de vista exploramos o plano de gestão da cidade de Braga, que identifica e caracteriza as diferentes tipologias patrimoniais e apresenta as medidas adequadas para a proteção de cada uma dessas tipologias.

1. A candidatura das caves de vinho do Porto e do Centro Histórico de Vila Nova de Gaia a Património Mundial da Humanidade.

A candidatura das caves de vinho do Porto em Vila Nova de Gaia não é um assunto recente. Segundo o Jornal de Notícias, desde de 2003, se falava sobre a assinatura de um protocolo entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e a Fundação Rei Afonso Henriques terem, para o estudo conjunto de uma possível candidatura das caves a

Património Mundial da UNESCO. Esta notícia data de novembro de 2015, e afirma que Vila Nova de Gaia enquanto antigo Entreposto de Vinho do Porto reúne condições semelhantes, à cidade do Porto e ao Alto Douro Vinhateiro, classificados em 1996 e 2001 e também pelo facto de esta instituição apresentar competências técnicas para o efeito, materializadas já nas candidaturas do Alto Douro Vinhateiro e do centro histórico do Porto a Património Mundial da UNESCO. Esta candidatura foi vista com reservas pela AEVP (Associação de Empresas de Vinho do Porto) e de forma entusiasta pelos proprietários das caves de vinho do porto, de acordo com o que foi apurado à época.

A história que estará por detrás da candidatura das caves a Património Mundial, será semelhante a muita outra história contada para o mesmo fim. Entendemos que as arquiteturas associadas ao armazenamento e comércio de vinho do Porto nesta região, configuram formas de construir e atividades ligadas a processos de saber-fazer, que de alguma forma apresentam valor excecional universal, requisitos que a UNESCO não dispensa na análise de uma candidatura com fim à atribuição de uma classificação deste nível. Em 2006, o Governo através da Ministra da Cultura Isabel Pires de Lima mostrou-se recetivo à candidatura das Caves de Vinho do Porto. Quase uma década depois, a Candidatura das Caves volta a ser noticiada, desta vez pelo Jornal de Notícias que a 24 de janeiro de 2015 deu a conhecer a opinião do ex-vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Firmino Pereira, passamos a citar;

"Não é uma ideia original, porque nos mandatos de Luís Filipe Menezes há muito trabalho feito, havia um dossiê sobre o assunto e até foi feito um livro sobre o espólio da real Companhia Velha, do professor de história Fernando Sousa". recordou Firmino Pereira, atual líder da oposição da Câmara de Gaia e ex-vice-presidente da Câmara de Gaia."

(JN, 2015)

O atual presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Eduardo Vítor Rodrigues, manifestou no final do ano de 2015 a pretensão de dar continuidade à candidatura das caves anexando-lhe todo o território que define o centro histórico, a qual deverá ser apresentada à UNESCO até inícios de 2017. A equipa responsável pela elaboração da candidatura à data das declarações prestadas pelo presidente da Câmara

Municipal de Vila Nova de Gaia, tinha concluído o estudo de ordenamento do território do centro histórico da cidade, faltando proceder à caracterização concetual e histórica. Em janeiro do mesmo ano Rui Moreira, presidente da Câmara Municipal do Porto mostrou-se disponível para ajudar Vila Nova de Gaia no processo de candidatura das Caves de Vinho do Porto, o que para nós, a ser verdade expressa novas perspetivas, no que respeita ao reconhecimento da área metropolitana do Porto. Em novembro do ano passado a Diretora da AEVP, Isabel Marrana, disse ao Público que temia as restrições causadas pela candidatura das Caves de Vinho do Porto a Património Mundial da UNESCO, considerando para tal as atividades ainda realizadas pelas empresas de vinho do porto, por oposição a uma possível musealização dos espaços, provocada pela inscrição das caves na lista de património da UNESCO.

A ideia de que a candidatura das caves a Património Mundial provocará restrições às atividades industriais desenvolvidas pelas empresas de vinho do Porto nestes espaços, não foi partilhada por Manuel de Novaes Cabral, presidente do IVDP (Instituto dos Vinhos do Douro e Porto), que afirmou que a classificação das caves de vinho do Porto, *"fecha um ciclo virtuoso que vai renovar o valor turístico, cultural e económico da região, das cidades, do Vinho do Porto e do seu património"*. Segundo a notícia do JN a Secretária de Estado Isabel Botelho Leal, durante a sua passagem pelo Porto, afirmou que o Governo vai apoiar a candidatura das Caves do Vinho do Porto, considerando que esta será benéfica para a região e para o país. Entendemos que a candidatura das Caves de Vinho do Porto a Património da Humanidade certamente será motivada pela vontade de salvaguardar este património de valor singular. A caracterização do antigo Entreposto de Vinho do Porto, constituído maioritariamente por armazéns e alguns espaços visitáveis, dos quais se destacam os centros de visita, lojas e o espaço multimédia do Porto Cruz.

1.1 Alguns exemplos nacionais a considerar.

1.1.1 O Centro Histórico do Porto, a Ponte Luiz I e o Mosteiro da Serra do Pilar.

O centro histórico do Porto foi classificado como Património Mundial da Humanidade em 1996. Esta candidatura contou com a colaboração do CRUARB (Comissariado para

a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo), e resultou no livro *Porto Património Mundial* publicado em 1993, no qual é descrito o processo de candidatura. A UNESCO classificou o centro histórico do Porto ao qual anexou a Ponte Luiz I, o Mosteiro da Serra do Pilar em Vila Nova de Gaia, considerando que este se enquadrava no critério IV, determinando assim que o local – O Centro Histórico, apresentava valor universal excecional, pela qualidade do tecido urbano e pelos seus edifícios históricos evidenciando também uma evolução que conta com mais de mil anos de relações com outras culturas.

A par do *Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto: Património Mundial* apresentado em 2008 esta cidade conta como uma longa história de intervenções preconizada principalmente por três organismos. O primeiro a manifestar-se foi o CRUARB criado em 1974, que teve a seu cargo a reabilitação da zona Ribeira-Barredo até à sua extinção em 2003. Em 1991 é criada a FDZHP (Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto) alargada às freguesias de Miragaia e Vitória, em conjunto com o CRUARB. Neste sentido a FDZHP atuou sobre quatro princípios fundamentais:

1. *A reabilitação física do parque edificado,*
2. *A qualificação profissional e promoção do emprego,*
3. *A atenção aos problemas de índole educativa e de animação sociocultural,*
4. *A preocupação em promover a participação das instituições e associações locais.*

Por último surge em 2004 a Porto Vivo, SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana) gerida por capitais públicos, sendo que 60 % é financiado pelo IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e 40% pela Câmara Municipal do Porto. O MasterPlan criado em 2005 abrange a Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Porto, a qual integra as freguesias de Bonfim, Cedofeita, Massarelos, Miragaia, Santo Ildefonso, S. Nicolau, Sé e Vitória. No MasterPlan foram definidas algumas linhas orientadoras;

- A Zona de Intervenção Prioritária que abrange parte da ACCRU.
- A Revitalização Urbana da Baixa Portuense.
- A intervenção na cidade através da re-habitação da baixa.
- O Desenvolvimento e promoção do negócio.
- A Revitalização do comércio.
- A Dinamização do Turismo, Cultura e Lazer.
- A Qualificação do domínio público.
- O Estabelecimento de Ações Estratégicas.

Três anos após a criação do MasterPlan e comunicação das Estratégias de Operação na Baixa do Porto, foi publicado o *Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto: Património Mundial*. Na nossa exposição colocaremos em destaque apenas cinco tópicos da estrutura concebida para este Plano. Devido ao teor do nosso estudo deliberamos que seria mais coerente abordar esta questão de uma forma mais objetiva, pelo que incidiremos sobre o *Metodologia de Desenvolvimento do Plano*, a *Justificação da Inscrição na lista de Património Mundial*, os *Valores, Mecanismos de Proteção* e a *Caraterização do Património de Valor Singular*.

Neste sentido, na *Metodologia de Desenvolvimento do Plano* foi considerado o alargamento do conceito património, do monumento ao *sítio habitado e vivo* como alerta para a descentralização dos aglomerados antigos, o que no caso português chega às consciências numa fase em que os centros históricos encontram-se degradados social e fisicamente. Foi prevista a elaboração de estratégias que dignificassem este centro histórico, enquanto denominador da área metropolitana do Porto. O Plano mostra-se inovador pelo fato de abranger uma área como o Porto, com três classificações, duas Nacionais cujas categorias se inserem na de Monumento Nacional e Imóvel de Interesse Público e outra, Mundial, atribuída pela UNESCO. Com classificação de PMH, as intervenções em edifícios e conjuntos ficaram condicionadas, sendo quase inevitável a recusa de projetos de transformação ou inserção de novos programas. A *Justificação da Inscrição na lista de Património Mundial*, à qual já fizemos referência, é fundamentada

pela proposta de inscrição que definiu o centro histórico do Porto como *uma obra-prima do génio criativo do Homem. Trata-se de um trabalho coletivo que não resulta de uma obra pontual, mas sim de sucessivas contribuições* (Câmara Municipal do Porto, 1998 Cit. por Porto Vivo, SRU, 2008: 23 e 25)

Em relação aos *valores*, sabemos que o IV critério serviu como argumento para justificar a classificação da candidatura, por conseguinte o valor universal excepcional define que, *“A autenticidade do tecido urbano do Porto, testemunhando mais de mil anos de ocupação com intervenções sucessivas que foram deixando a sua marca. Os edifícios eclesiásticos são outros tantos testemunhos da sua História”*. (Câmara Municipal do Porto, 1998, Cit. Por Porto Vivo, SRU, 2008: 48)

Este Plano também disponibiliza informação acerca dos meios de salvaguarda e proteção do património que se encontram em vigor. Neste tópico foram destacados alguns quadros legislativos e normativos, nomeadamente; a Convenção do Património Mundial, sobre a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, a Lei Bases de Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, o Regulamento do Plano Diretor Municipal do Porto, o Código Regulamentar do Município do Porto, o Regulamento do Plano Diretor Municipal da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia de 1993, e o MasterPlan de 2005 e 2006. Por último, da seleção que fizemos foi realizada para este plano a caracterização do património de valor singular e espaços museológicos, identificado na Planta 13 elaborada pela Porto Vivo, SRU. Mais informamos, que para um melhor conhecimento sobre o *Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto: Património Mundial*, o Manual poderá ser consultado acedendo ao [URLwww.portovivosru.pt/PT/centro-histórico/plano-de-gestão](http://www.portovivosru.pt/PT/centro-histórico/plano-de-gestão).

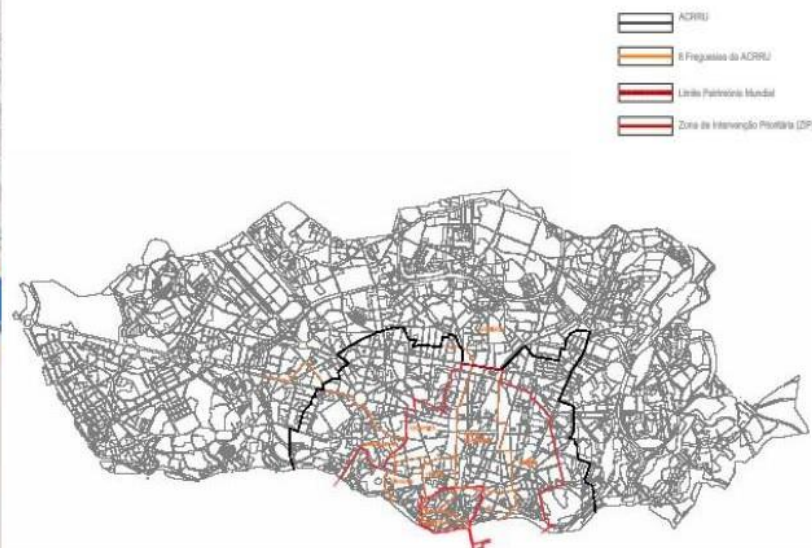
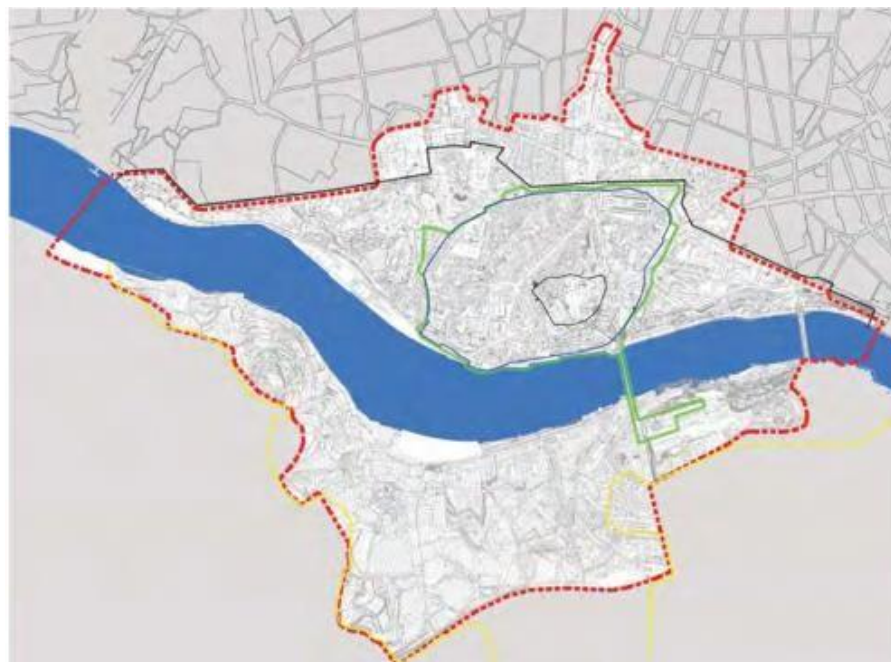


Figura 2 Área Classificada e Respetiva Área de Proteção. Fonte: Porto Vivo in Plano de **Fig. 3** ACCRU, 6 freguesias da ACRRU, Limite Património Mundial e ZIP⁵
Gestão: Centro Histórico do Porto, Património Mundial.

⁵ Porto Vivo, SRU – MasterPlan: Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto. Porto: [s.n], 2008. 30 p. [Consult. a 7 de julho de 2016]. Disponível em: < URL: www.portovivosru.pt/pdfs/masterplan-sintese_executiva.pdf. P. 7



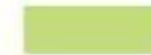
Património Classificado - Monumento Nacional / Classified Heritage - National Monument



Património Classificado - Imóvel de Interesse Público / Classified Heritage - Monument of Public Interest



Património em Via de Classificação / Heritage to be Classified



Muralha Primitiva / Primitive Wall



Muralha Fernandina / Ferdinand Wall



Limite da Área Incluída na Lista UNESCO / Limit of the Area Included in UNESCO List



Figura 4 Planta 13: Edifícios de Valor Patrimonial ou Museológico, Fonte: Porto Vivo, SRU (2008)

1.1.2 A Paisagem do Alto Douro Vinhateiro – De Identidade Regional a Património Mundial da Humanidade.

O Alto Douro Vinhateiro constitui uma paisagem única, marcada pelas qualidades geoclimáticas para o cultivo da vinha, onde se destaca o trabalho na formação da paisagem. A cultura da vinha, aliada à longa história do vinho do Porto são uma marca identitária deste lugar, comunicando com todo o património imaterial de carácter religioso e profano, se é que podemos distingui-lo desta forma. Na elaboração da candidatura do Alto Douro Vinhateiro foi determinante o estabelecimento de uma equipa multidisciplinar responsável pela caracterização paisagística, à qual foi incluída a delimitação da *mancha representativa de toda a Região Demarcada do Douro*, designada Alto Douro Vinhateiro a qual é constituída por 24. 600h.ae limitada pelas encostas do rio Douro e seus afluentes, designadamente o rio Varosa, Corgo, Távora, Torto e Pinhão.

Considerou-se inviável a apresentação de toda a Região Demarcada do Douro que integra 250.000ha, devido aos constrangimentos associados à implementação de um plano de gestão e salvaguarda para toda esta área, acabando assim por concluir-se, que a restante área da RDD deveria ser designada de «zona tampão». A referência a um lugar de valor excecional deve ser marcada também pela apresentação de um plano de salvaguarda coerente e direcionado para a preservação do bem que se pretendia ver inscrito na lista do património mundial. Em relação a este tema o Alto Douro Vinhateiro assumiu um plano de gestão, que já vinha sendo praticado, o qual se centra na regulamentação, licenciamento e controlo da plantação e exploração das vinhas. A Estratégia adotada define-se em 5 princípios.

1. *Elaboração de um Plano Intermunicipal de Ordenamento do Alto Douro Vinhateiro (PIOT) (...) cujas orientações serão transpostas para o PDM (...). O PIOT será acompanhado de um Plano de Gestão da Paisagem e um Programa de Ação Territorial (...).*

2. *Criação de um Gabinete Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro (...) que atuará em estreita inter-relação com uma Associação Promotora do Alto Douro a Património Mundial a criar.*
3. *(...) Esta Associação deverá assegurar uma plataforma de relacionamento público-privado de todas as entidades interessadas e envolvidas na propriedade de bens, na preservação, salvaguarda, valorização e promoção do Alto Douro (...).*

A candidatura do Alto Douro Vinhateiro seguiu com a intenção de valorizar o património que lhe está associado, reforçar as relações entre públicos e privados, aumentar a autoestima dos vitivinicultores e dinamizar o turismo na região. Em suma, esta candidatura materializa os objetivos enunciados pela UNESCO, quando existe a intenção de candidatar um bem a património mundial. Os critérios (III, IV e V) determinaram a inscrição do Alto Douro Vinhateiro em 2001 na lista de Património Mundial da UNESCO segundo as seguintes definições:

- *Caráter único da relação do homem com a natureza numa situação de escassez e adversidade dos elementos naturais – a água, o solo e as encostas íngremes;*
- *Caráter sábio desta relação resultado de um conhecimento profundo das culturas mediterrâneas e da sua adaptação à escassez e adversidade dos elementos naturais onde a vinha é a cultura por excelência em associação com a oliveira e a amendoeira;*
- *Exemplo significativo de uma paisagem ilustrativa de diversos períodos da história humana. Testemunha modos de organização da vinha de diferentes épocas históricas que evoluíram em função do surgimento de novas tecnologias, mas mantendo uma forte identidade e refletindo saberes, técnicas, costumes, rituais e crenças tradicionais das populações locais e, por último;*
- *A diversidade e riqueza da sua arquitetura vernacular.*

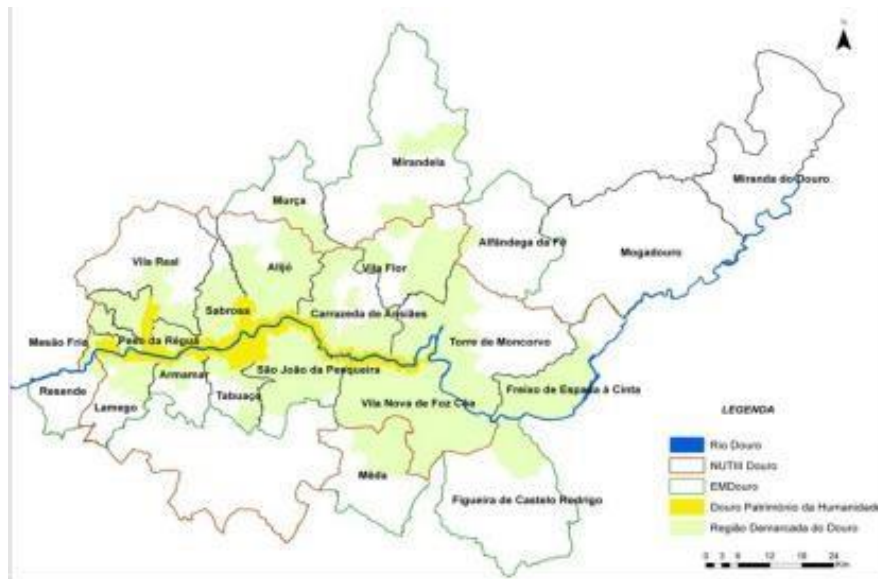


Figura 5 Área de Intervenção⁶

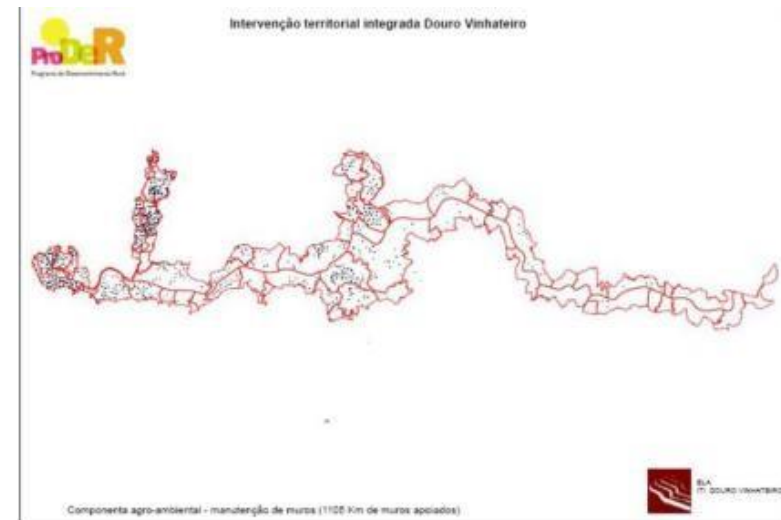


Figura 6 Intervenção Territorial Integrada Douro Vinhateiro⁷

⁶Área de Intervenção IN RAMOS, Célia (COORD.) – Estrutura da Missão do Douro: Relatório da Atividade Desenvolvida e dos Resultados Alcançados. Peso da Régua: [s.n], 2013. [Consult. 25 de julho de 2016]. Disponível em: <URL: http://212.55.137.35:8087/gmc/RA_EMD_2006_2013.pdf> P.22

⁷ Ibidem. P.37

Em relação às regiões vitícolas propostas ou inscritas na lista do património mundial da UNESCO, o Alto Douro Vinhateiro com 36.000 h. a de encosta representa 18% da viticultura europeia de encosta. E a necessidade de delimitar o Douro Vinhateiro começou logo com a Demarcação Pombalina (1757 – 1761), pioneira pelo facto de se regular por legislação. Afirma-se mais tarde através da classificação realizada por Álvaro Moreira da Fonseca (1932-1980). A classificação do Alto Douro Vinhateiro faz parte de um olhar sobre o território, que distingue formas de construção tangíveis e intangíveis, baseadas em saberes ancestrais cujo domínio se reparte entre a natureza e o homem.

A *Portovenere - Cinque Terre* (Itália), inscrita na lista de património mundial em 1997, foi classificada com base nos critérios II, IV e V. Na avaliação da candidatura o Comité considerou que *Portovenere – Cinque Terre* reunia as condições para ser classificado como um local cultural de valor excepcional, por representar a relação entre as pessoas e a natureza na produção qualitativa de uma paisagem ilustrativa das formas tradicionais milenares na contínua relação com lugar e a comunidade. Dez anos mais tarde foi a vez de Bordéus em França ser inscrito na lista de património mundial. *Le Port de la Lune* é uma cidade portuária e histórica que reúne um conjunto urbano e arquitetónico classificado pela UNESCO, como de valor excepcional. A história deste aglomerado remonta ao Iluminismo integra 347 edifícios classificados referentes à lei de 31 de dezembro de 1913. É também reconhecido pelos valores de antiguidade, que se materializaram ao longo de mais de 2.000 anos, tendo também uma forte atividade comercial que se tornou relevante a partir do século XII, através das trocas comerciais com a Grã-Bretanha. A inscrição deste bem na lista de património corresponde os critérios II e IV. O critério II define o local enquanto testemunho excepcional para a troca de valores humanos, remetendo para as diferentes fases de evolução da cidade, principalmente das transformações ocorridas no século XVIII. O critério IV define que a cidade histórica apresenta um conjunto arquitetónico e urbano que remete para uma época específica da história. Bordéus destaca-se também pelo plano de gestão que adotou desde 1988, o qual foi revisto em 1998 e 2002, denomina-se *Plan de sauvegarde et de mise en valeur* (PSMV), e deverá ser assumido pelos governos nacionais, locais e regionais.

Consideramos que a estrutura urbana de Bordéus nomeadamente no que diz respeito à zona de cultura da vinha, arquiteturas de armazenamento, arquiteturas ligadas ao comércio do vinho e porto de exportação é de alguma forma semelhante ao que encontramos no Douro Vinhateiro e em Vila Nova de Gaia. No Alto Douro Vinhateiro reconhecemos um lugar cujas características morfológicas, sociais e económicas estão relacionadas com formas de trabalhar a terra, assentamentos humanos e um património edificado singular pela forma como conjuga o vernacular com o erudito.

1.1.3 A reabilitação do centro histórico de Guimarães – o modelo de intervenção.

A cidade de Guimarães foi classificada como Património Cultural da Humanidade em 2001, no mesmo ano que o Alto Douro Vinhateiro. A justificação para a inscrição deste centro histórico na lista da UNESCO baseou-se na identificação de três critérios, os critérios II, III e IV – o primeiro considera que Guimarães apresenta valor universal pelas técnicas construtivas de origem medieval, o segundo associa Guimarães a fundação da nacionalidade, no século XII e o terceiro no estado de conservação da cidade e das tipologias arquitetónicas que traçam a evolução desde a idade média situando-a principalmente no século XV ao século XIX. A primeira iniciativa rumo à reabilitação do centro histórico de Guimarães foi desenvolvida pelo arquiteto Fernando Távora (1923-2005) entre 1979 e 1982 através de um Plano Geral de Urbanização. Este Plano de carácter territorial que pretendia colocar em evidência as *linhas de desenvolvimento social*, e a partir deste Távora estabeleceu os princípios orientadores, análise morfológica das estruturas urbanas, tendo por base a sua história e o estado atual, os valores sociais-económicos, valores patrimoniais, necessidade de criar equipamentos de carácter industrial e recreativos, numa dinâmica visível entre os problemas de ordem geral e o de ordem particular, para resolver este último Távora desenvolveu alguns Planos de Pormenor. O PGU de Guimarães foi inovador por privilegiar a cidade, adaptando-se às suas características morfológicas, estudando a sua evolução urbana e prevendo nesta análise a viabilidade das propostas de intervenção para o futuro, nomeadamente no que se refere ao crescimento populacional a 20 anos, período determinado para concretizar as propostas de desenvolvimento urbano.

Em 1981 o arquiteto Nuno Portas propôs criação de um *Gabinete Municipal do Centro Histórico*, o qual viria a ser dirigido pela arquiteta Alexandra Gesta e assessorado pelo arquiteto Fernando Távora. Durante o período de atividade deste Gabinete foram realizadas algumas intervenções, ou seja, o restauro e adaptação da Casa da Rua Nova, foi iniciado o projeto da Praça do Município concluído pelo GTL, sendo que a área de intervenção integrava os aglomerados urbanos histórico localizados *intramuros*, zonas de expansão referentes ao processo de industrialização e alguns conjuntos urbanos dos anos 30 e 40 do século XX. No sentido de tornar as intervenções no edificado modelo atuação sobre o património, entre 1983 e 1984, cerca de um ano antes da criação do GTL de Guimarães foi criado um protocolo com o IPPC, com objetivo de conceber informações conjuntas, equilibrando desta forma as responsabilidades de gestão do património. Após a criação do GTL de Guimarães em 1985, foram consolidadas as políticas de intervenção. Este GTL recusava intervenções que se fundamentassem sistematicamente em expropriações, intervenções intrusivas sobre o domínio público, preferindo as intervenções que se baseassem no restauro filológico, que evitassem a renovação excessiva e acima de tudo recusava o fachadismo. A metodologia da intervenção regia-se pelos seguintes critérios:

- Atuação lote a lote, respeitando assim as características do edificado.
- Condicionamento face ao aumento do volume do edificado.
- Aprendizagem *in loco* em espaços públicos e edifícios particulares, de proprietários e inquilinos com dificuldades económicas.
- Devido a um possível aumento das rendas privilegiaram-se atuações mínimas e minimizando-se também o recurso às entidades estatais de financiamento.

O P.E definido pelo GTL de Guimarães baseou-se na conservação cidade antiga, através do restauro da sua estrutura minimizando os riscos de perda de autenticidade do lugar, que por vezes resultava na recusa de projetos que não seguiam esta ideologia de intervenção, a qual seria reforçada mais tarde com a atribuição do *Premio Europa Nostra* em 1993, ao projeto de restauro e adaptação da sede do GTL de Fernando Távora, o *Prémio Nacional de Arquitetura* atribuído à equipa do GTL, o *Prémio da Real*

Fundação de Toledo. De fato Guimarães poderá ser considerada um modelo pela experiência que ensaiou na criação e correção de metodologias, antecipando aquilo que hoje designamos por Manual de Boas Práticas. O sucesso da intervenção em Guimarães resulta de uma vontade política e da partilha desta vontade com a população, a qual foi salvaguardada de um processo de gentrificação, as entidades gestoras do património, das iniciativas que visaram o contacto e apoio aos particulares e sobretudo na regulamentação e licenciamento de obras.

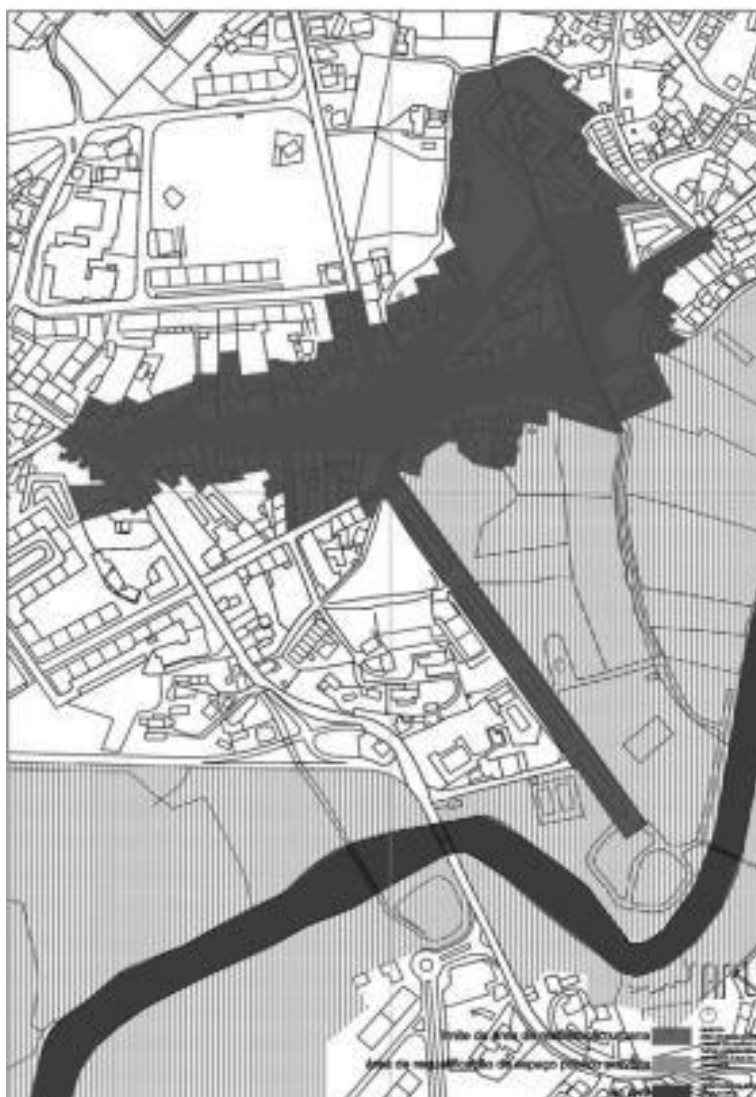


Figura 7 Planta de Delimitação da ARU – Centro Histórico de Guimarães⁸

⁸ Planta de Delimitação da ARU, IN Edital N° 640/2015. *DR. II Série*. 137 (15-07-16) 19165-19169. [Consult. a 7 de julho de 2016] disponível em: <https://dre.pt/application/file/69819251>

Em 2012, Guimarães foi capital Europeia da Cultura o que levou a uma dinamização da cidade durante esse ano. Foram realizadas várias iniciativas culturais, intervencionados vários espaços públicos e construídos equipamentos culturais. Segundo Ana Matos (MATOS, 2014:33) pode considerar-se que a estratégia de intervenção adotada pelo GTL de Guimarães antecipou os princípios da Carta Internacional de Salvaguarda das Cidades Históricas (1987), baseando-se, portanto, na Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico, na Convenção de Malta e nas premissas de Gustavo Giovannoni, no que diz respeito à participação da arquiteta Alexandra Gesta e do arquiteto Nuno Portas.

A análise da estrutura urbana de Guimarães foi feita partindo da localização e origem do povoado vimaranense passando depois a colocar em evidência a evolução urbana da cidade. Para além das questões relacionadas com a reabilitação realizada em Guimarães interessa perceber como os intervenientes olharam para o edificado, selecionaram, identificaram, classificaram cronológica e tipologicamente caracterizaram as formas arquitetónicas que definem a paisagem urbana deste centro histórico. Desta análise retiramos os ensinamentos, possíveis de aplicar em outros centros históricos. A estratégia implementada no centro histórico de Guimarães ensaiou uma visão realista sobre um território sustentando-se na recuperação da identidade e memória coletiva dos habitantes. Em suma o plano adotou uma abordagem de conservação que envolve intervenções mínimas, fazendo ajustes cirúrgicos de pequenas partes do edificado, através de:

1. Recuperação de materiais e técnicas tradicionais.
2. Uso de tecnologias de construção mais económicas, sustentáveis e compatíveis com as estruturas antigas.
3. Trabalho realizado por técnicos qualificados e educados para a aplicação e transmissão de conhecimentos.
4. Continuidade na aplicação dos princípios deste plano através da prática da manutenção.
5. Renúncia ao Parque Temático.

1.1.4 O centro histórico de Braga – A exceção.

Braga é uma cidade como tantas outras, marcada por várias fases de ocupação e apresenta sem sombra de dúvida, valores patrimoniais distintos e suscetíveis de serem considerados individualmente ou em conjunto como motivação, para a apresentação de uma candidatura a Património Mundial da Humanidade. Contudo referimo-nos a esta cidade e principalmente ao seu centro histórico, não para defender uma possível candidatura mas pelo curioso fato de que entre os 35 imóveis classificados, dos quais 8 são Monumentos Nacionais, 22 são Imóveis de Interesse Público, 4 são Monumentos de Interesse Público e 1 considerado de Interesse Municipal se tenha apresentado em 2013 a candidatura do Santuário do Bom Jesus a Património Mundial da UNESCO, o qual se encontra implantado fora dos limites do centro histórico. Também não nos compete desconsiderar as motivações desta candidatura, pretendemos acima de tudo procurar referências aos planos de gestão das cidades históricas, que possamos considerar na análise do nosso objeto de estudo.

No que diz respeito às políticas de intervenção no património o Município Bracarense estabeleceu em 2015, na revisão do antigo Plano Diretor Municipal (PDM) de 1998, as linhas orientadoras para a elaboração de medidas de intervenção no território ao nível concelhio, e em particular no seu centro histórico. O PDM de Braga define as regras para ocupação, uso e transformação do solo em todo o território do Concelho, cujos objetivos assentam na implementação de medidas estratégicas, que confirmam maior qualidade de vida à cidade, nomeadamente através de intervenções que visem a requalificação de todo o território inclusive dos núcleos urbanos das periferias. Foram também apresentados os princípios de qualificação da cidade para quem a visita, que no geral tem em foco o aproveitamento das potencialidades do turismo. Não foi descurada a possibilidade de investir na cidade, aproveitando neste sentido o fluxo Empresarial e Industrial, colocando-a também naquilo que foi definido por *centralidade ibérica*. Esta *centralidade* afirma-se através da consolidação dos princípios referidos anteriormente, conferindo à cidade elementos de modernidade – mobilidade e emprego e reforçando o papel da história e da cultura nas vivências quotidianas. No artigo 17º do PDM é apresentada a definição de Património Arqueológico, o qual vem referenciado na Carta do

Património Arquitetónico e Arqueológico. Pretende-se com isto assegurar que, âmbito de uma intervenção, na qual sejam detetados vestígios arqueológicos, se faça cumprir a legislação específica interrompendo imediatamente os trabalhos e comunicando à Câmara Municipal a ocorrência.

Para além da definição de Património Arqueológico foi realizada a caracterização do património (Artigo 28º) que integra a Carta acima mencionada. No levantamento realizado foram identificadas duas categorias patrimoniais – o património classificado e em vias de classificação e o património arquitetónico e arqueológico inventariado, estabelecendo assim, que qualquer intervenção nesta área deverá ser pensada tendo em consideração a valorização, proteção, conservação e recuperação dos valores culturais, arquitetónicos, arqueológicos e urbanísticos. Naquilo que concerne à capacidade de edificação, esta deverá reger-se pela legislação geral, normas em vigor e parecer do organismo competente, excetuando os casos em que se trate de património arquitetónico e arqueológico inventariado. As normas específicas aplicadas ao património inventariado são também consideradas nas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), figura 1, a UOPG 14 – referente ao centro histórico e a UOPG 22 – Área Sul da Cidade ou zona de galos. As UOPG’S previstas referem-se a áreas de intervenção sujeitas à elaboração de Planos de Urbanização, Planos de Pormenor e Unidades de Execução, correspondentes à totalidade da área de intervenção ou de execução, a longo prazo. A delimitação destas UOPG’S também não é definitiva ajustando-se em função das condicionantes da propriedade e rede viária. A reabilitação urbana efetuada nas áreas sujeitas a Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro histórico da Cidade é constituída por ruas, praças, edifícios e outras construções, e arranjos urbanísticos marcados pelo passado histórico, *definindo um conjunto orgânico e heterogêneo a que o tempo deu coerência e equilíbrio.*

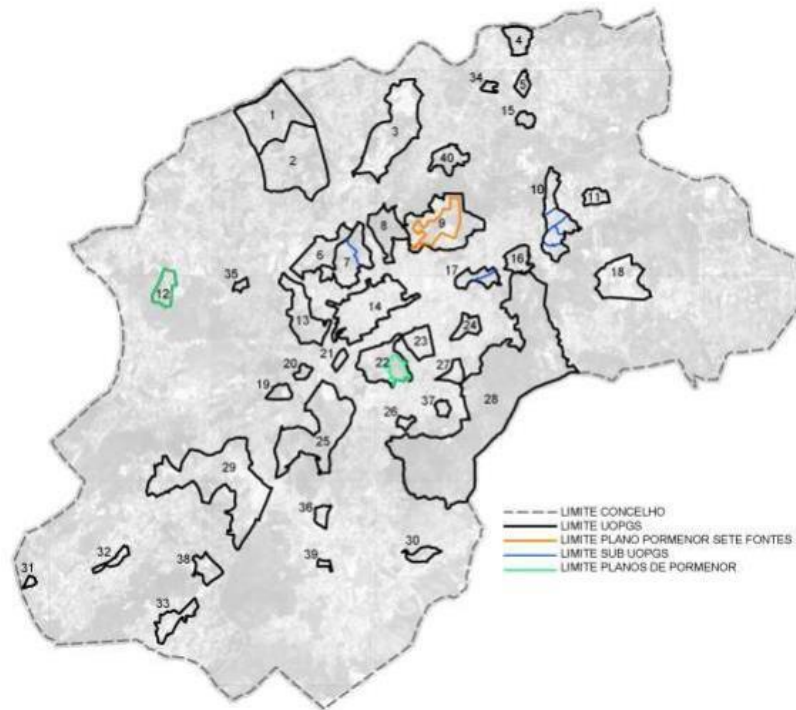
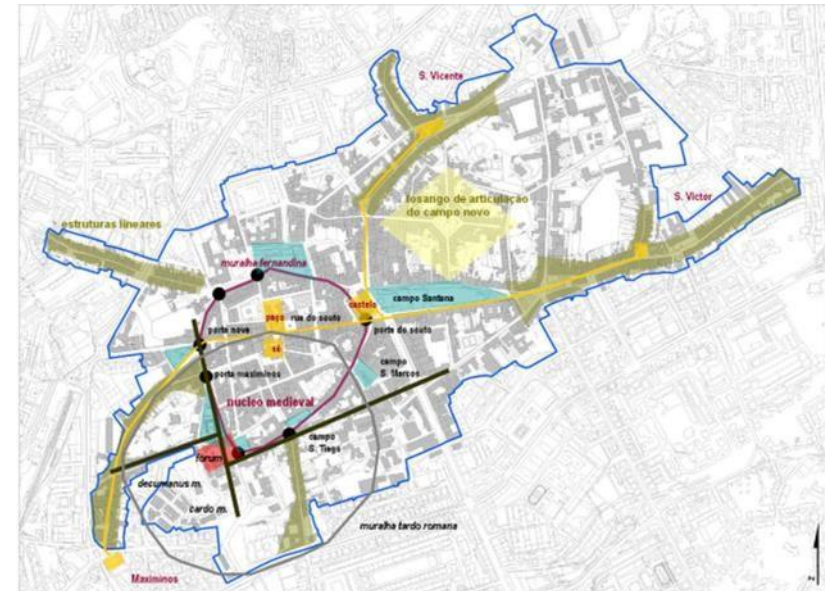


Figura8 Planta com a delimitação das UOPG'S de Braga⁹



- Núcleo Medieval e muralha Fernandina
- Muralha tardo-romana
- Conjunto Barroco do Campo Novo (trama regular)
- Estruturas Lineares

Figura 9 Limite da ARU – Centro Histórico¹⁰

⁹ Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana - *Plano Diretor Municipal: Revisão*. P.93

¹⁰ Imagem retirada do diapositivo 5 da projeção visual, *Tertúlia “Da Estratégia à Ação: A Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga, Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga. Acessível na Internet <URL:http://www.vidaimobiliaria.com/media/publicacoes/viver-a-reabilitacao_braga2014/24n_Quaternaire_daniel-miranda.pdf>*

Como podemos observar na figura 2, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) contemplou as dicotomias da morfologia urbana do centro histórico da cidade de Braga, ou seja, logo à partida foram identificados os núcleos urbanos antigos, nomeadamente o tardo-romano, o medieval e o da época moderna (renascentista e barroco), assim como os elementos que as delimitam (muralhas) e os eixos viários, classificados como, de crescimento tentacular e de estruturação regular, linear, irregular e serpenteante. Os resultados do levantamento funcional foram determinantes para a identificação do estado de conservação e ocupação do edificado e das tipologias formais e funcionais que caracterizam o núcleo medieval, **figura 3**.

A envolvente do centro histórico de Braga, **figura 4**, é definida pela união de freguesias de Maximinos, Sé e Cividade, S. José de S. Lázaro e S. João do Souto, S. Vicente, S. Vítor e Real. Consideramos a metodologia do Plano Estratégico adotado para o centro histórico de Braga semelhante aos exemplos já referenciados, ainda que com condições específicas para o caso do Alto Douro Vinhateiro, cujas características urbanas são bastante particulares. Deste modo, o Plano Estratégico apresenta os resultados de uma leitura que partiu do geral para o particular, identificando os conjuntos urbanos, estruturas edificadas, imóveis de escala e / ou de valor singular, espaços públicos coletivos, redes e percursos. Com este Plano Estratégico o Município de Braga pretende revitalizar a vida económica e social do centro histórico, focando-se em setores baseados no conhecimento e criatividade.

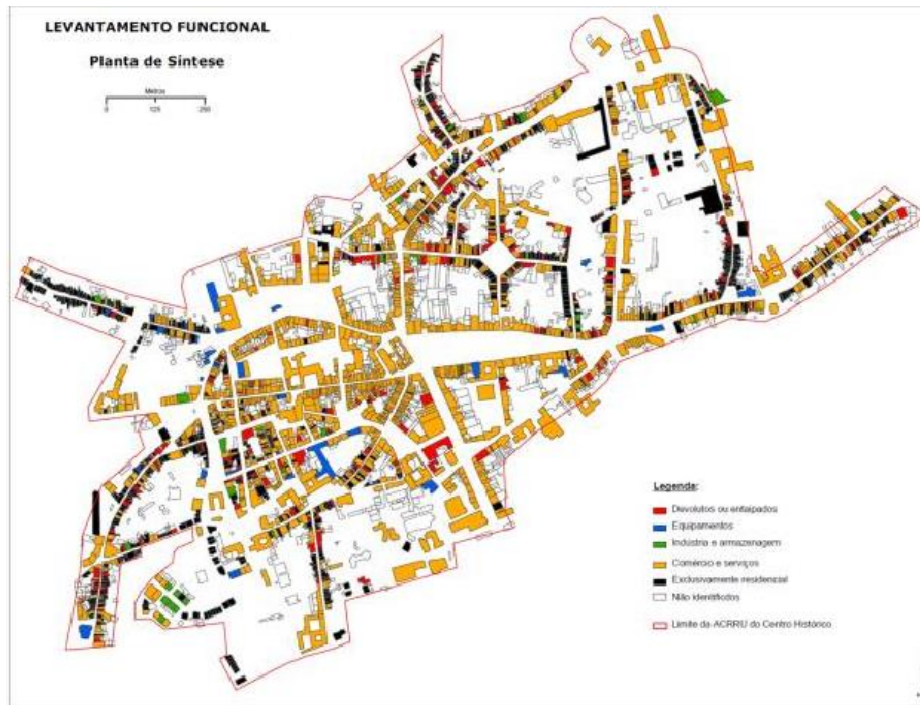


Figura 10 Levantamento Funcional¹¹**Figura 11** Enquadramento do Centro Histórico da Cidade¹²

¹¹ Imagem retirada do diapositivo 6 da projeção visual, *Tertúlia “Da Estratégia à Ação: A Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga, Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga. Acessível na Internet <URL:http://www.vidaimobiliaria.com/media/publicacoes/viver-a-reabilitacao-braga2014/24n_Quaternaire_daniel-miranda.pdf>*

¹² Imagem retirada do diapositivo 9 da projeção visual, *Tertúlia “Da Estratégia à Ação: A Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga, Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga. Acessível na Internet <URL:http://www.vidaimobiliaria.com/media/publicacoes/viver-a-reabilitacao-braga2014/24n_Quaternaire_daniel-miranda.pdf>*

Para o que designou de *Núcleos Distintivos e Dinâmicos*, o P. E considerou uma série de ações, que têm por objetivo dinamizar as atividades no centro histórico, em particular as relacionadas com empresas, comércio, jovens e o turismo. As *Unidades Motrizes de Reabilitação* dedicadas essencialmente à reabilitação de estruturas físicas, mas também de atividades profissionais e artísticas, com especial incidência sobre cultura. Já nas *Áreas Prioritárias de Reabilitação Residencial e Social*, foi considerada a colocação de edificado devoluto no mercado de arrendamento, a recuperação de edifícios para a habitação, promoção de medidas de apoio ao arrendamento, e não menos importante, foi pensada a elaboração de um guia de termos de referência de boas práticas de intervenção em construções existentes. No seguimento da definição de *Instrumentos de Políticas*, o P.E estabeleceu também as *Componentes Fundamentais de Estruturação*, as *Redes de Vertebração Urbana*, as *Áreas de Interface Estratégico* e o *Sistema de Acessibilidade e Mobilidade*. Em suma o Modelo de Gestão adotado define os princípios básicos de atuação na ARU – Centro Histórico, de acordo com as suas componentes físicas, preparando-se nesta fase para o reconhecimento patológico das mesmas e estabelecendo as premissas que serão adotadas na Operação de Reabilitação Urbana (ORU), a qual se rege por legislação específica.

Ao apresentarmos Braga como referência não pretendemos de algum modo criar uma ideia de que os centros históricos, que não apresentaram até ao momento uma candidatura a Património Mundial da Humanidade, o devam fazer, o que entendemos é que a matriz para a valorização de um exemplar ou conjunto de valor excecional universal deve estar patente num bom plano de gestão, que como temos vindo a constatar surge mediante as características do lugar e as necessidades vigentes.

Conclusão

Entendemos a intenção de candidatar as Caves de Vinho do Porto a Património da Humanidade como uma forma de valorizar as estruturas que definem a morfologia do centro Histórico de Vila Nova de Gaia e atribuir-lhes significado. No entanto, ao analisarmos o *case studie* do centro histórico do Porto, percebemos que os valores singulares excepcionais presentes num aglomerado urbano estão sobretudo dependentes da existência de elementos que o justifiquem, assim como de uma política de gestão que respeite as suas singularidades. Dado a relação da cidade com o comércio de vinho do

porto, analisamos a candidatura da paisagem do Alto Douro Vinhateiro, no sentido de encontrar uma ligação estreita entre a zona de cultura da vinha, as arquiteturas de armazenamento, as arquiteturas ligadas ao comércio do vinho e porto de exportação, os quais se repartem entre o Douro Vinhateiro e Vila Nova de Gaia.

Consideramos que a reabilitação do Centro Histórico de Guimarães é ainda uma referência no que concerne à teorização e aplicação de boas práticas de intervenção no património, o que não seria possível sem a cooperação entre as entidades reguladoras e a população. Em suma, os *case studies* abordados têm em comum a procura de uma centralidade que se definiu como prioritária, na elaboração destas políticas de intervenção. Independente da morfologia urbana, das tipologias patrimoniais ou da sua evolução, não podemos descurar o facto de todos eles, enquanto núcleos históricos, se regerem por legislação específica e pela necessidade de se adaptarem às necessidades atuais, o que muitas vezes potencia o conflito com a sua identidade.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Fernando Bianchi de – O Alto Douro Vinhateiro: Uma Paisagem Evolutiva e Viva. DOURO - Estudos e Documentos [Em Linha]. VII: 13 (2002) 143-152. [Consult. 5 de abril de 2016]. Disponível na Internet: <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9585.pdf>>. P. 145 e 146

AGUIAR, José - *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*. Guimarães: Dossier de Candidatura de Guimarães a Património Mundial, 2000 [Consult. a 23 de julho de 2016] disponível em: <URL: www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer_file/document/837/470419.pdf>. P.2 a 7

Câmara Municipal do Porto, 1998 Cit. por Porto Vivo, SRU [Coord.] – Plano de Gestão: Centro Histórico do Porto, Património Mundial. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2008. 257 p. ISBN 978 989 96862 7 4. [Consult. 8 de julho de 2016]. Disponível em: <URL: www.portovivosru.pt/pt/centro-historico/plano-de-gestao>P.23 e 25

CARVALHO, Maria João Esperança de – *O Centro Histórico na Dinamização das Cidades: O Centro Histórico do Porto*. Porto: [s.e], 2011. 138 p. Dissertação de Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Consult. 19 de julho de 2016]. Disponível em: < URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/57334?locale=p>> P.75 e 81

Confraria do Bom Jesus do Monte – Património Mundial: Candidatura a Património da Humanidade por parte da UNESCO. [Em Linha]. Braga: Bom Jesus, atual. 2016. [Consult. 27 de julho de 2016]. Disponível na Internet: <URL: <http://bomjesus.pt/patrimonio-mundial/>> Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana - *Plano Diretor Municipal: Revisão*. P.13, 18, 19 e 63

FARIA – Pedro Miguel Martins – *Reabilitação do Centro Histórico de Guimarães: Uma Visão Estratégica*. Porto: [s.e], 2014. 153 p. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. [Consult. 21 de maio de 2016] disponível em: <URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/74866>>. P.p 17, 18 e 22.

FERREIRA, Teresa - *Heritage and Theme Park? Some Reflections From Portuguese Experiences*. Paris: ICOMOS, 2011. 5 p. [Consultado a 25 de setembro de 2015]. Disponível em: URL:openarchive.icomos.org/1145/1/III-2-Article3_Ferreira.pdf P.588

Jornal de Notícias (2015) – “Caves de Vinho do Porto candidatam-se a Património da Humanidade”, 18 de novembro. Consultado em 4 de Agosto de 2016, disponível em: <http://www.jn.pt/local/noticias/porto/vila-nova-de-gaia/interior/caves-de-vinho-do-porto-candidatamse-a-patrimonio-da-humanidade-4893287.html>

Jornal de Notícias (2015) – “Caves do Vinho do Porto a Património? "Não é original", 24 de janeiro. Consultado em 4 de agosto de 2016, disponível em: <https://www.noticiasominuto.com/pais/338510/caves-do-vinho-do-porto-a-patrimonio-nao-e-original>

MATOS, Ana Rita Loureiro de - *Cidade Património Cultural da Humanidade, Guimarães: Da Construção à Reabilitação do Centro Histórico*. P.33

MOREIRA, Pedro Nuno dos Santos - *O efeito das intervenções urbanas no centro histórico do Porto: Pertinência e Impertinência das mesmas*. Porto: [s.n], 2013. 109 p. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras. [Consult. 23 de julho de 2016]. Disponível em: <URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/71554/2/72569.pdf>> P.45

Porto Vivo, SRU – MasterPlan: Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto. Porto: [s.e], 2008. 30 p. [Consult. a 7 de julho de 2016]. Disponível em: <URL: www.portovivosru.pt/pdfs/masterplan-sintese_executiva.pdf>. P.6, 8,9, 10, 13, 16, 19

Porto Vivo, SRU [Coord.] – Plano de Gestão: Centro Histórico do Porto, Património Mundial. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2008. 257 p. ISBN 978 989 96862 7 4. [Consult. 8 de julho de 2016]. Disponível em: <URL: www.portovivosru.pt/pt/centro-historico/plano-de-gestao>. P.p.47, 48

Público (2015) – “Empresas do Vinho do Porto temem restrições com candidaturas das caves à UNESCO”, 25 de novembro. Consultado em 4 de agosto de 2016, disponível em:

<https://www.publico.pt/local/noticia/empresas-do-vinho-do-porto-temem-restricoes-com-candidaturas-das-caves-a-unesco-1715525>

Quartenaire Portugal - *Tertúlia “Da Estratégia à Ação: A Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga, Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga.* [projecção visual]. [2014]. 29 Diapositivos: p&b. Diagnóstico. Acessível na Internet <URL: http://www.vidaimobiliaria.com/media/publicacoes/viver-areabilitacao_braga2014/24n_Quartenaire_daniel-miranda.pdf>

UNESCO – Unites Nations Educational Scientific and Cultural Organisation: Portovenere, Cinque Terre, and the Islands (Palmaria, Tino and Tinetto) [Em Linha]. S.l: UNESCO, actual. 2016. [Consult. 30 de julho de 2016]. Disponível na Internet: <http://whc.unesco.org/en/list/826>

UNESCO – Unites Nations Educational Scientific and Cultural Organisation: Bordeaux, Port de La Lune [Em Linha]. S.l: UNESCO, actual. 2016. [Consult. 21 de julho de 2016]. Disponível na Internet: <http://whc.unesco.org/fr/list/1256/>

UNESCO – Unites Nations Educational Scientific and Cultural Organisation: Portovenere, Cinque Terre, and the Islands (Palmaria, Tino and Tinetto) [Em Linha]. S.l: UNESCO, actual. 2016. [Consult. 30 de julho de 2016]. Disponível na Internet: <http://whc.unesco.org/en/list/826>

UNESCO – Unites Nations Educational Scientific and Cultural Organization: Historic Center of Guianas [MeLina]. S.ª: UNESCO, actual. 2016. [Consult. 30 de julho de 2016]. Disponível na <http://whc.unesco.org/en/list/1031/>

VELOSO, Nuno Filipe da Silva – *Arquitetura do Vinho: A adega e a Paisagem vitivícola do Alto Douro Vinhateiro.* Braga: [s.n], 2013. 99 p. Tese de Mestrado apresentada à Escola de Arquitetura da Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre em Cultura Arquitetónica. [Consult. a 25 de jul. de 2016]. Disponível na Internet: <URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/27320>>. P.23

VILELA, Jorge Manuel Branco – Valorização patrimonial e urbana de Braga através da criação de circuitos turísticos. Projeto de Mestrado em Património e Turismo Cultural apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2015. [Consult. 27 de julho de 2016]. Disponível na Internet: <URL: repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/40747> P.104